



MEDIAÇÃO MULTISSENSORIAL E O ACESSO ÀS OBRAS DE ARTE VISUAIS POR PESSOAS CEGAS

Multisensory mediation and access to visual works of art by blind people

Ana Paula Jacoboski de Jesus – apjacuboski@gmail.com

Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, Apadevi, Guarapuava, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0009-0007-2876-583X>.

Laís Mariane Duda-Vieira – lais.duda.vieira@escola.pr.gov.br

Universidade Estadual do Centro Oeste, Unicentro; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, Apadevi, Guarapuava, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0009-0004-3334-1722>

Lucia Virginia Mamczasz-Viginheski – lucia.virginia@uniguairaca.edu.br

Centro Universitário Guairacá, UniGuairacá; Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais, Apadevi, Guarapuava, Paraná, Brasil; <https://orcid.org/0000-0002-6474-0927>.

RESUMO: Ao considerar a inclusão de pessoas cegas na arte, reafirma-se o caráter universal dessa área do conhecimento histórico e cultural da humanidade. Nessa perspectiva, o estudo objetiva discutir o papel de recursos multissensoriais, entre eles, descrição por meio do uso do código braile e de áudio (audiodescrição) e materiais táteis, como instrumentos de mediação cultural na inclusão estética, no acesso à leitura de obras de arte e no protagonismo de pessoas cegas. Fundamentada nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, a pesquisa investiga como esses recursos atuam como ferramentas mediadoras no desenvolvimento das funções psicológicas superiores e na apropriação do conhecimento artístico. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza básica, conduzida pela pesquisa bibliográfica e documental, por meio da análise de obras de arte adaptadas e de produções autorais de pessoas cegas. Os resultados indicam que a convergência desses recursos supera a acessibilidade técnica, promovendo uma reconfiguração da experiência estética que permite à pessoa cega transitar da posição de espectadora para a de produtora cultural. Conclui-se que a mediação multissensorial é essencial para garantir o direito de acesso à arte, preenchendo uma lacuna acadêmica ao evidenciar que a acessibilidade, quando aliada ao protagonismo, rompe com a exclusão histórica dessas pessoas nos espaços de exposição.

PALAVRAS-CHAVE: artes visuais; pessoas cegas; inclusão estética; recursos multissensoriais.

ABSTRACT: When considering the inclusion of blind people in art, the universal character of this area of historical and cultural knowledge of humanity is reaffirmed. From this perspective, the study aims to discuss the role of multisensory resources, including description through the use of Braille and audio (audio description) and tactile materials, as instruments of cultural mediation in aesthetic inclusion, access to the reading of works of art, and the protagonism of blind people. Based on the assumptions of Historical-Cultural Theory, the research investigates how these resources act as mediating tools in the development of higher psychological functions and in the appropriation of artistic knowledge. Methodologically, this is qualitative research of a basic nature, conducted through bibliographic and documentary research, by means of the analysis of adapted works of art and original productions by blind people. The results indicate that the convergence of these resources surpasses technical accessibility, promoting a reconfiguration of the aesthetic experience that allows the blind person to move from the position of spectator to that of cultural producer. It is concluded that multisensory mediation is essential to guarantee the right of access to art, filling an academic gap by demonstrating that accessibility, when combined with empowerment, breaks with the historical exclusion of these people in exhibition spaces.

KEYWORDS: visual arts; blind people; aesthetic inclusion; multisensory resources.

Recebido em: 19/02/2026 | Aceito em: 23/04/2026

1 INTRODUÇÃO

A arte, enquanto manifestação histórica e cultural que expressa emoções, valores e sensações, constitui um campo de saber essencial ao desenvolvimento humano. Contudo, para que essa experiência seja plena, é necessário discutir o papel de recursos multissensoriais, entre eles, a descrição por meio do uso do código braile e de áudio (audiodescrição) e materiais táteis, como instrumentos de mediação cultural. Mais do que simples adaptações, tais recursos atuam como ferramentas que viabilizam a inclusão estética e o protagonismo de pessoas cegas.

Entendemos, sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural, que a fruição da obra de arte não é um processo puramente biológico-sensorial, mas uma elaboração social mediada por signos e instrumentos que permitem ao sujeito o acesso ao patrimônio simbólico da humanidade (Vygotsky, 2000).

Nessa perspectiva, compreendemos a deficiência não como uma limitação biológica intransponível, mas como uma produção social que demanda caminhos alternativos de desenvolvimento (Vygotsky, 1997). Entendemos que a cegueira, embora se manifeste em diferentes níveis de acuidade visual, desde a percepção de vultos até a ausência total de visão (Umbelino; Ávila, 2023), não impede o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Assim, trata-se de uma singularidade que exige a superação de barreiras culturais, na transformação do ato de ver, com os olhos, num ato de perceber e significar, por meio de outros canais de recepção da informação e da mediação pedagógica (Vygotsky, 1997).

Na atualidade, as possibilidades de transposição da arte expandiram-se significativamente com o desenvolvimento de tecnologias assistivas e da inteligência artificial. Exemplos como o aplicativo *Be My Eyes*, que auxilia as pessoas cegas por meio de audiodescrição em tempo real, ou o uso da impressão 3D para a prototipagem de relevos complexos, oferecem novos horizontes para a acessibilidade arte-tecnológica.

Entretanto, embora reconheçamos o potencial dessas inovações, esta pesquisa justifica a ênfase nos recursos multissensoriais e narrativos. Fundamentamos tal escolha na valorização da materialidade e na premissa de Vygotsky (2000) de que a mediação humana e artesanal promove, além do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, uma exploração subjetiva e afetiva, que prioriza emoções, memórias pessoais e sensações individuais. A tecnologia, por si só, nem sempre alcança isso. Assim, reafirmamos que o toque e a palavra permanecem como elementos fundamentais para o protagonismo e a leitura sensível de mundo pela pessoa cega.

Além disso, entendemos que o acesso e a produção artística por pessoas cegas não se configuram apenas como uma iniciativa de inclusão social, mas como um direito fundamental amparado por pilares jurídicos, filosóficos e éticos. Consideramos, inicialmente, o Art. 27 da Declaração Universal dos Direitos

Humanos (ONU, 1948), o qual garante a todas as pessoas o direito de “participar, livremente, da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”, acrescentado pelo direito “à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor”.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, por meio do Art. 42, estabelece a base de igualdade de oportunidades, garantindo à pessoa com deficiência o acesso a bens culturais em formatos que atendam às suas necessidades e a participação nas atividades culturais por meio de programas de televisão, cinema, teatro, museus e outros espaços relacionados à arte. O Art. 43 da referida lei determina ao poder público a promoção da participação da pessoa com deficiência como protagonista nas atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas. Para isso, o poder público deve incentivar instrução, treinamento e a disponibilização de recursos adequados, a acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados e a participação das pessoas com deficiência em atividades que envolvam cultura, esporte e lazer, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Historicamente, o desenvolvimento das artes foi marcado pela exclusão, uma vez que o acesso era restrito às classes dominantes e as manifestações populares não eram consideradas legítimas como expressões artísticas. Atualmente, esse paradigma de elitismo vem sendo superado em favor da crescente democratização cultural. Como observa Magro (2007, p. 24), “[...] Afirmar que a arte a princípio é elitista, é transformar em natural e eterno algo que é historicamente determinado, portanto sujeito a mudança”.

Ao analisarmos a linguagem artística das Artes Visuais e a acessibilidade para as pessoas com deficiência visual, essa exclusão ainda é vivenciada nos dias atuais. Tanto as obras quanto os espaços de exposições ainda não estão preparados para atender esse público. A falta de acessibilidade limita a fruição, tornando, assim, a experiência e a apreciação artística incompleta. Sobre isso, Araújo (2023) considera:

No século XVI, Leonardo da Vinci considerou o olho como a janela da alma que abraça a beleza do mundo. Não quero tirar o mérito dessa bela poesia, mas apenas ressaltar que os outros sentidos também são janelas da alma porque a beleza do mundo não se encontra apenas nas imagens, não diz respeito unicamente às coisas visíveis, mas também ao invisível que se revela no som, no paladar, no cheiro, no movimento, no sentir a proximidade do frio e do quente e nas texturas e formas das coisas (Araújo, 2023, p. 42).

Dessa maneira, a arte pode ser sentida, também, por meio de outros canais de recepção da informação, diferentes à visão. Esse entendimento abre caminhos para que ela possa tornar-se, também, acessível a todos os públicos que desejam consumi-la.

A partir dessa perspectiva, compreendemos a arte, tanto em nossa prática docente com pessoas com deficiência visual quanto em nossa atuação como artistas, como um espaço de afirmação de identidade. Mais do que uma prática, a produção artística de pessoas cegas constitui uma manifestação política e social que promove o desenvolvimento das capacidades criativas e desafia estigmas. Ao ocupar esse lugar de criação, a pessoa cega não apenas desenvolve o seu potencial individual, mas confronta a sociedade com novas concepções sobre a cegueira, subvertendo a lógica da incapacidade.

Estudos recentes (Tomaz, 2021; Araújo, 2023; Gross; Nogueira, 2024; Ritter; Schemes; Noronha, 2024) e outros, publicados a mais tempo (Casado, 2007; Rego; Silva Junior, 2011), discutem a temática apresentada neste artigo.

Destacamos o estudo de Rego e Silva Junior (2011, p. 195) que objetivou apresentar uma produção que permitiu a interação tátil entre o espectador e a obra sem a intenção de aproximar os cegos a uma normalização, mas de criar um ambiente que lhes desse condições de acesso à arte, o mais semelhante possível à percepção, da forma e da cor, de pessoas videntes. Os pesquisadores desenvolveram um projeto denominado “Ver para Crer, Tocar para Ver”, promovendo inclusão estética às pessoas cegas às exposições de arte por meio de elaborações pictóricas, estudos sobre texturas, a contemplar, além da forma, a cor, conforme a temática de maior interesse por essas pessoas, ou seja, pontos turísticos e aspectos da cultura da região dos Campos Gerais.

O estudo desenvolvido por Tomaz (2021, p. 1) teve o objetivo de pensar a experiência estética, a experiência com o objeto artístico, através de uma abordagem multissensorial a partir da inclusão como equiparação de oportunidades e da inclusão estética como amplo recurso mediador. A pesquisadora desenvolveu ações de mediação na exposição “100 anos da Pinacoteca no MUnA: encontro de acervos”, em Uberlândia, MG, a considerar aspectos emocionais, afetivos e intelectuais, transformando o lugar acolhedor aos seus visitantes com empatia e afeto.

Araújo (2023, p. 44) buscou compreender a relação entre o imaginário e a cegueira a partir da prática cotidiana de pessoas com deficiência visual na cidade do Recife. Para isso a pesquisadora desenvolveu uma oficina de fotografia para pessoas cegas, possibilitando um espaço de diálogo sobre imagens que elas concebem sobre os objetos, os lugares e as pessoas.

Constatamos que a literatura tem concentrado seus esforços principalmente na posição da pessoa cega como espectadora da arte. Propomos, então, neste estudo, um deslocamento dessa perspectiva, em vez de considerar a pessoa cega apenas como observadora que demanda acessibilidade, buscamos compreendê-la como protagonista e produtora no campo das Artes Visuais. Assim, este estudo busca preencher uma lacuna neste campo de pesquisa, pois, a escassez de trabalhos que analisem a autoria e a produção artística sob essa ótica justifica o desenvolvimento deste artigo.

Fundamentamos o estudo nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, ao considerarmos os recursos multissensoriais como ferramentas mediadoras na inclusão das pessoas cegas na área das Artes Visuais. Nessa perspectiva, o acesso ao conhecimento produzido histórica e culturalmente pela humanidade não acontece de forma direta entre o sujeito e o objeto, mas mediado por ferramentas e signos. As ferramentas, ou instrumentos, orientam a ação externamente, pois se constituem de objetos físicos, enquanto os signos orientam a ação internamente, por meio de operações psíquicas.

O signo é definido por Vygotsky (2000) como:

Chamamos de signos os estímulos-meio artificiais introduzidos pelo homem na situação psicológica os quais cumprem a função de auto estimulação, atribuindo a este termo um sentido mais amplo e, ao mesmo tempo, mais exato do que se dá habitualmente essa palavra. De acordo com nossa definição, todo estímulo condicional criado pelo homem artificialmente e o utiliza como meio para dominar a conduta – própria ou alheia – é um signo (Vygotsky, 2000, p. 53).

Dessa maneira, por meio dos signos acontece a reestruturação da atividade, quando as formas culturais de comportamento são internalizadas, ou seja, uma operação externa é reconstruída internamente, no intelecto (Vygotsky, 1998).

Neste estudo exploramos de que maneira os recursos multissensoriais podem ser utilizados como instrumentos mediadores na inclusão estética, quando a pessoa cega deixa de ser uma espectadora passiva para se tornar alguém que experimenta a arte. O acesso à leitura de Artes Visuais pela mediação sensorial garante que conceitos elaborados principalmente a partir da visão, como “belo”, “provocativo”, “instigante” se tornem uma experiência compartilhada, e não um privilégio somente de quem enxerga.

Para isso, percorremos o caminho da pesquisa de natureza básica com abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos, definimos o estudo como uma pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que não se limita à revisão de literatura, mas analisa fontes primárias, como registros de adaptações multissensoriais e produções artísticas de pessoas cegas (Gil, 2017). Estruturamos o desenvolvimento do estudo em três etapas distintas:

1. Levantamento Bibliográfico: realizamos uma busca sistemática nas bases Periódicos Capes, Google Acadêmico e Scielo, utilizando os descritores “cegueira”, “artes visuais” e “acessibilidade”. Utilizamos como critério de inclusão a presença desses termos nos títulos, palavras-chave e resumos de artigos publicados em periódicos. Optamos por não aplicar um recorte temporal delimitado com o objetivo de compreender a evolução histórica da temática, assim, foram selecionados aqueles que discutiam a mediação cultural sob a ótica da Teoria Histórico-Cultural.
2. Seleção Documental e de Exemplos Práticos: para a análise dos recursos multissensoriais selecionamos exemplos de adaptações e obras que atendessem ao critério de diversidade técnica. Justificamos essa escolha pela necessidade de demonstrar a transposição de diferentes

elementos visuais (cor, perspectiva, luz, profundidade) para os sistemas tátil e auditivo. Os exemplos foram extraídos de portfólios de artistas locais, que participaram de exposições nos últimos cinco anos, constituindo o corpus empírico para a discussão teórica.

3. Procedimentos Analíticos: Examinamos os dados por meio da análise interpretativa, que nos permitiu, enquanto pesquisadoras, perceber entre os vários elementos obtidos nas obras de arte selecionadas, elementos importantes na formulação de asserções sobre a temática pesquisada (Erickson, 1997).

Para viabilizar a análise, estruturamos o texto de modo a criar uma relação entre a teoria e a práxis artística. Inicialmente, apresentamos os recursos multissensoriais – braile, audiodescrição e modificações táteis - que podem ser utilizados para a realização das adaptações/modificações necessárias para que as pessoas cegas tenham acesso às informações que uma obra de arte pode oferecer, bem como para produzir arte.

Esta etapa inicial estabeleceu o aporte técnico necessário para, num segundo momento, procedermos à análise e discussão das obras de arte selecionadas para este estudo e as intervenções realizadas por artistas cegos e videntes, sobre como transformar os elementos visuais como cor, perspectiva, luz, profundidade em elementos táteis e auditivos, sem perder a essência, a fidelidade e a qualidade técnica da obra, a partir de alguns exemplos de adaptações/modificações de obras de arte e o processo de elaboração de obras de arte protagonizada por pessoas cegas.

Essa organização assegura que os exemplos citados não sejam interpretados apenas como ilustrações, mas como objetos de uma análise estruturada que discute o protagonismo da pessoa cega na experiência estética.

2 RECURSOS MULTISENSORIAIS E A INCLUSÃO ESTÉTICA POR PESSOAS CEGAS

A mediação que envolve múltiplos sentidos baseia-se na compreensão de que o saber, a apreciação estética e a interpretação do mundo não ocorrem apenas através da visão, mas, sim, pela combinação de diversos sentidos, influenciados pela linguagem, pelas vivências e pela cultura. Neste sentido, a utilização de recursos multissensoriais não se limita a “traduzir” uma imagem, busca construir experiências interpretativas que sejam de fato inclusivas, reconhecendo a pessoa com deficiência visual como produtor cultural e não apenas receptor.

Ressaltamos que os recursos multissensoriais não competem entre si, pois eles são complementares, ao ativarem diferentes processos cognitivos, que resulta em desenvolvimento, pois, segundo Vygotsky (2001) o desenvolvimento humano é um processo mediado pela cultura e pelas interações sociais, em que a pessoa expande suas funções psicológicas superiores, entre elas, a linguagem, o pensamento, superando, assim, as limitações colocadas pela sua deficiência.

A mediação multissensorial voltada às pessoas cegas pode ocorrer pela mediação semiótica com o uso do sistema braile, por meio da linguagem oral, no uso da audiodescrição, bem como pela utilização de elementos táteis.

De acordo com dados do Instituto Benjamin Constant (2018), o código braile é um sistema de escrita e leitura tátil para as pessoas cegas inventado pelo francês Louis Braille. O sistema é estruturado a partir de uma unidade chamada “cela braile”, composta por seis pontos em relevo, que estão organizados em duas colunas verticais. A configuração de 63 combinações simbólicas constitui um sistema universal de escrita e leitura.

No contexto das Artes Visuais, o código braile atua como um instrumento de mediação cultural essencial, pois ele permite à pessoa cega, além do acesso à informação textual, a apropriação do código como ferramenta de expressão e protagonismo em diferentes idiomas e contextos estéticos.

Assim, a descrição em braile consiste na materialização textual da obra por meio da escrita tátil, o que viabiliza uma leitura autônoma e dialógica. Diferente de recursos auditivos, esse suporte possibilita à pessoa cega a liberdade de controlar o ritmo da leitura e a reiteração do texto, fundamentais para o processamento cognitivo da informação. Sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, essa interação favorece a análise, a memorização e a reflexão crítica, funcionando como um suporte que contribui na apropriação dos conceitos estéticos e na consolidação da experiência artística pela pessoa cega (Vygotsky, 1998).

Pesquisas recentes em neurociência corroboram, ao indicar que a leitura tátil do braile envolve regiões cerebrais associadas ao processamento ortográfico e cognitivo de alto nível, sugerindo que o braile não é apenas um código tátil, mas, também, um processo cognitivo complexo (Liu; Rapp; Bedny, 2023). Para Freire (2011) a qualidade da leitura é fundamental para a compreensão crítica da realidade, e isso permite que os indivíduos façam análises e interpretações capazes de mudar o seu próprio mundo.

Essa perspectiva em obras de arte permite que a pessoa com deficiência visual faça suas próprias inferências da obra que está a apreciar. Uma limitação da utilização exclusiva deste recurso na descrição das obras de arte diz respeito ao caso de pessoas cegas não alfabetizadas em braile, assim, torna-se imprescindível complementar a acessibilidade com o uso de outros recursos complementares, como a audiodescrição.

A audiodescrição é uma tradução do campo visual para o verbal, ou seja, a descrição em palavras de tudo o que pode ser vislumbrado em uma imagem. O profissional responsável por realizar este serviço é chamado de audiodescritor, o qual estuda a imagem e descreve de forma assertiva o que está sendo observado, para que a audiodescrição seja a mais fiel possível, facilitando o roteiro e interpretação do público ouvinte (Coelho, 2018).

Alguns aspectos são determinantes para a apreciação de uma obra de arte no contexto da inclusão estética, entre eles a imediaticidade e a fluidez da informação, uma vez que a transmissão contínua favorece a construção da experiência estética e, em muitos casos, também emocional. Nesse sentido, a audiodescrição configura-se como uma mediação sensível e narrativa, especialmente quando o profissional faz uso criterioso do ritmo, da entonação e das escolhas lexicais, elementos que contribuem para o envolvimento do público. Segundo Motta (2020, p. 15), “A audiodescrição, quando aplicada às artes e à cultura, não se limita a informar o que é visível, mas atua como uma mediação que possibilita a fruição estética e a participação cultural das pessoas com deficiência visual.

Contudo, para que essa mediação não comprometa a experiência do usuário, é fundamental que a audiodescrição seja elaborada com rigor metodológico, evitando excessos interpretativos que possam tornar a descrição tendenciosa e interferir na autonomia da leitura da obra. A audiodescrição deve priorizar a objetividade e a neutralidade, evitando interpretações pessoais que possam interferir na construção de sentido do espectador com deficiência visual (Franco; Araújo, 2018).

Além desses, incluímos as modificações com o uso de materiais táteis que podem ser utilizadas como recursos multissensoriais mediadores no acesso às obras de arte por pessoas cegas. Elas permitem a exploração háptica de uma obra de arte ou de seus elementos estruturais como as diferentes formas, texturas, volumes, relações espaciais e, ainda, proporções. De acordo com Lederman e Klatzky (2009, p. 143), “A percepção háptica envolve a obtenção de informações sobre os objetos por meio do toque ativo, no qual movimentos exploratórios das mãos são fundamentais para a identificação de forma, textura, tamanho e estrutura espacial”.

Alguns estudos defendem que o tato é uma forma válida e complexa de produzir conhecimento, ele atua não apenas como um substituto da visão, mas contribui para a compreensão de mundo pelas pessoas cegas e na elaboração dos conceitos em nível de pensamento (Amiralian, 2004; Heller, 2000). Segundo Vygotsky (1997), a deficiência não deve ser vista apenas como um déficit biológico, mas como uma força que promove o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a linguagem, o pensamento, entre outras, por vias alternativas. Assim, o tato não é compensatório a perda de visão, no sentido de repará-la, mas uma via legítima de conhecimento e também constitutiva. Ou seja, o conhecimento não nasce, pronto, visual ou de qualquer outra forma e depois é “traduzido”. Isso porque, de acordo com os ensinamentos de Vygotsky (1997), compreendemos que o conhecimento não é uma tradução de dados sensoriais, mas um processo culturalmente mediado, elaborado a partir da linguagem. Quando falta a visão, as funções psíquicas se reorganizam de modo a possibilitar a elaboração do conhecimento por vias táteis e corporais, cuja natureza social é mantida neste processo.

Ademais, ressaltam-se as potencialidades da utilização de recursos táteis pelas pessoas cegas, uma vez que a exploração háptica possibilita o entendimento espacial e formal das obras, permitindo, ainda,

acessar aspectos como estrutura, profundidade e arranjo visual, pois, segundo Heller (2000, p. 18), “a exploração tátil permite a construção de representações espaciais e estruturais dos objetos”. Ademais, tais recursos favorecem a experiência corporal do conhecimento e a mediação inclusiva e dialógica, promovendo trocas entre pessoas cegas e pessoas videntes (Sarraf, 2013).

Devido a importância dos recursos táteis para as pessoas cegas, alguns cuidados devem ser considerados em sua elaboração, para que a experiência se transforme em conhecimento mediado, a transpor a mera recepção sensorial, rumo à sua internalização, por meio de signos e instrumentos culturais. Ferreira *et al.* (2021) e Manzini e Santos (2002) corroboram, ao considerarem que é necessário avaliar cada caso de cegueira com atenção na proposição de uma modificação tátil, a atender as necessidades de cada pessoa, sendo de fundamental importância a sua participação na elaboração dessas modificações, pois são elas quem irão utilizá-las.

A literatura destaca que a eficácia dos elementos táteis transcende a mera reprodução física da obra, exigindo um rigoroso processo de transposição estética. Autores como Heller (2000), Amiralian (2004), Lederman e Klatzky (2009) e Sarraf (2013) enfatizam a valorização do tato como exploração ativa, o que demanda uma curadoria criteriosa para evitar o excesso de estímulos, ambiguidades e abordagens compensatórias, de modo que o recurso atue como mediação na apropriação dos conceitos visuoespaciais. A articulação entre o tátil, a audiodescrição e a escrita braile permite uma experiência estética integrada, rompendo com a fragmentação da informação e promovendo o acesso à complexidade da obra observada.

De maneira concisa, a experiência estética para a pessoa cega não reside na oferta isolada dos recursos multissensoriais aqui apresentados, mas na articulação colaborativa entre o tato e a descrição, por meio do braile ou de áudios. Quando integramos essas ferramentas, possibilitamos a mediação por diferentes modos, que possibilita às pessoas cegas o acesso à arte, produzida histórica e culturalmente pela humanidade. Mais do que suprir a ausência da visão, essa associação dos recursos possibilita o acesso e a elaboração desse conhecimento, de modo criativo, a promover, também, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores no encontro com a cultura.

A partir da compreensão desses recursos como ferramentas de mediação, a próxima seção analisa proposições artísticas que materializam a transposição da teoria à práxis. Serão examinadas produções elaboradas por artistas cegos e adaptações desenvolvidas por profissionais, a partir da necessidade de uma mediação que respeite a peculiaridade da percepção tátil. A reinterpretação dos elementos estruturais de uma obra, muito mais do que uma mera tradução literal, permite que a sua essência seja preservada e ressignificada. Ao investigarmos esses exemplos, buscamos compreender como a articulação entre técnica e sensibilidade possibilita o protagonismo da pessoa cega e rompe barreiras da invisibilidade nos espaços de exposição e na cultura visual contemporânea.

3 EXEMPLOS DE MEDIAÇÃO TÁTIL E ESTÉTICA

Como já discutido, a modificação de uma obra de arte para o universo tátil, ou a sua descrição por meio do braile ou do áudio, transformando-a em uma ferramenta de mediação, é um processo complexo de tradução estética, que exige a seleção de texturas, densidades, temperaturas, proporções e o uso de uma linguagem, ao mesmo tempo que clara e objetiva, forneça todas as informações necessárias, mantendo a essência estética.

Ao considerarmos as três maneiras de promover o acesso às obras de arte pelas pessoas cegas apresentadas neste texto, por meio de modificações, podemos destacar dois elementos principais, formas e sensações. Para isso é necessária uma análise aprofundada da obra em questão, a encontrar a ideia principal transmitida para o público. Isso pode ser realizado tanto pelo artista, quanto pelo profissional que foi designado para fazer a modificação.

A partir dessa análise, se o mediador determinar que o elemento central para a fruição estética está na composição das formas, ele pode optar por materiais que permitam a transposição para o campo tridimensional. Por outro lado, se a essência da obra residir nas sensações, podem ser explorados recursos que privilegiem diferentes texturas, como superfícies macias, rugosas, fluidas, ásperas, para que possam despertar nas pessoas cegas as qualidades sensoriais pretendidas pela obra original.

Evidenciamos a relevância de miniaturas e maquetes táteis como recursos de mediação, essenciais para a compreensão de esculturas e monumentos cujas dimensões não possibilitam a apreensão do todo pelo toque, ou, ainda, em situações nas quais a conservação da obra original restringe o contato físico direto. A miniatura possibilita à pessoa cega uma síntese mental da estrutura, mantendo a integridade da forma original.

A análise das práticas e objetos artísticos a seguir permite investigar como a intencionalidade pedagógica e a sensibilidade estética convergem para a inclusão estética. Mais do que apresentarmos esses exemplos, buscamos compreender como cada modificação atua como um sistema de mediação que reorganiza as funções psicológicas superiores no contato com a arte. De acordo com Vygotsky (1997; 1998), essas intervenções operam como signos mediadores que não buscam compensar a ausência da visão, mas abrir outros caminhos para a percepção e para o desenvolvimento intelectual.

Assim, a análise foca na capacidade desses recursos de promoverem o protagonismo, permitindo que a pessoa cega transite da posição de espectadora para a de intérprete ativa e produtora de sentidos na cultura visual.

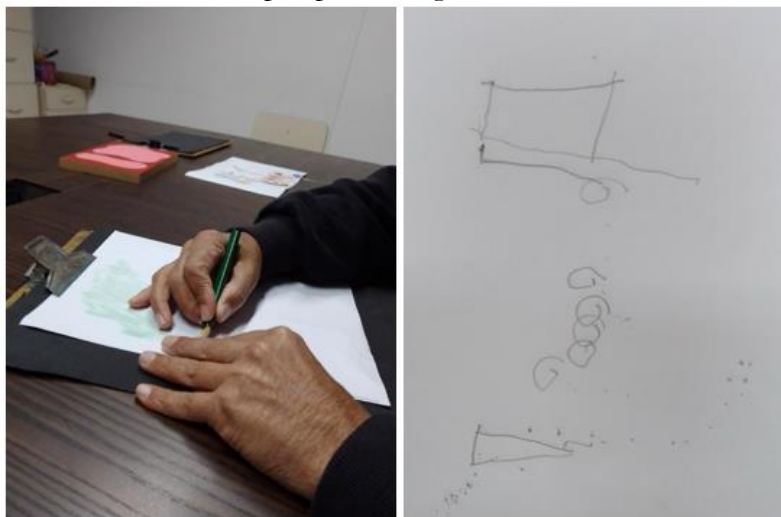
Abordamos, inicialmente, um trabalho desenvolvido por professoras de arte de um Centro de Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência visual (CAEE-DV), no qual os estudantes cegos foram protagonistas, a elaborar obras de arte e exibi-las ao público por meio de uma

exposição. A proposta foi apresentada a eles ao início do ano letivo e o processo criativo se deu de forma predominantemente autônoma. Destacamos neste texto duas das atividades que foram desenvolvidas.

Para a elaboração das obras foi utilizada a técnica da colagem de materiais com diferentes texturas, como tecidos, EVA, tampinhas de garrafas, palitos de madeira, entre outras, cuja escolha pelos estudantes deu-se a partir da exploração tátil e da descrição oral. As professoras observaram, no decorrer do processo criativo, que alguns estudantes com baixa visão ou que perderam a visão no decorrer de suas vidas, tiveram dificuldades em se desprender da representação figurativa, produzindo imagens reconhecíveis, como girassóis, casas ou personagens fictícios. Em contrapartida, os alunos com cegueira congênita apresentaram maior facilidade para composições abstratas, centradas exclusivamente nos aspectos táteis. Eles foram orientados para que o resultado final não focasse a aparência visual, mas sim, as sensações táteis a partir de escolhas de texturas entre agradáveis ou desagradáveis, macias ou ásperas, de forma livre e subjetiva.

Outras obras foram elaboradas por meio da representação em desenho (em relevo, pelas pessoas cegas), considerando os diferentes receptores sensoriais e as sensações, agradável e desagradável a cada um, por exemplo, algo que gostavam de tocar e algo que não gostavam, sons agradáveis e desagradáveis, cheiros apreciados e rejeitados. Os trabalhos resultantes dessa atividade geraram discussões em sala de aula, a evidenciar a diversidade de percepções e preferências, além de reforçar a ideia de que não havia respostas certas ou erradas, pois se tratava de experiências subjetivas. As Figuras 1 e 2 apresentam algumas etapas do processo:

Figura 1 – Representação das sensações por pessoa cega



Fonte: Pesquisadoras (2025)

Figura 2 – Obra de arte tátil desenvolvida por pessoas cegas e com baixa visão



Fonte: Pesquisadoras (2025)

O processo descrito revela mediação e formação de conceitos estéticos. Houve dificuldades, tanto pelos estudantes com baixa visão, como pelos estudantes cegos, em se desprenderem da representação figurativa, o que evidencia o quanto a cultura visual está imbuída em nossas vidas. Para Vygotsky (1998), o desenvolvimento mental é um processo sócio-histórico, assim os estudantes operam a partir de resquícios de uma memória visual que atua como um signo mediador, atrelando a criação artística ao reconhecimento de formas pré-estabelecidas socialmente, como no caso, as casas e os girassóis.

Dentre o corpus selecionado para esta análise destacamos as obras desenvolvidas pela artista plástica Marine Zinsly Carboni Linzing, em sua exposição *Brevidade da Vida em Gotas* (2025). Com o intuito de motivar e acolher os visitantes com cegueira, a artista idealizou uma representação dos principais elementos presentes em suas fotografias, gotas, flores e árvores. Ela fez uso de elementos táteis e promoveu uma visita guiada, a descrever para os visitantes, oralmente, cada uma das fotos expostas.

As gotas foram representadas com o uso de diferentes pedrarias e cola quente. Para as árvores a artista utilizou pedaços de galhos e as flores foram contornadas com fio e com o uso de papéis que se aproximassem ao máximo da sua textura. As Figuras 3 e 4 exemplificam as modificações realizadas pela artista:

Figura 3 – Modificação tátil de galho



Fonte: Acervo da artista (2025)

Figura 4 – Modificação tátil de gotas



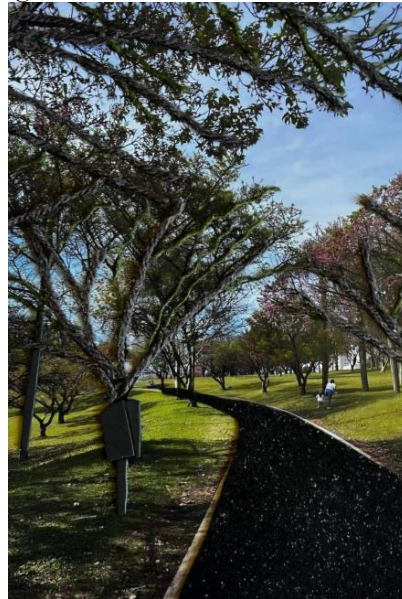
Fonte: Acervo da artista (2025)

Apresentamos, também, modificações táteis realizadas em algumas obras do projeto Olhares do Campo (2025), idealizado por Renata Sopelsa e coordenado por Nicole Gutfreud, com o propósito de apresentar registros fotográficos das paisagens rurais, bem como dos costumes e práticas cotidianas dos habitantes dos quatro distritos de Guarapuava, Paraná (Entre Rios, Guará, Guairacá e Palmeirinha). As imagens foram produzidas a partir da perspectiva de adolescentes matriculados nas instituições escolares dessas localidades, configurando-se como um exercício de documentação das singularidades culturais e das expressões estéticas presentes no espaço rural, teve quatro obras adaptadas para o público da pessoa com deficiência visual.

No processo de modificação tátil das fotografias, foi realizada uma análise criteriosa de cada imagem, com o objetivo de identificar os aspectos considerados relevantes e essenciais para a percepção tátil por pessoas com deficiência visual. Em algumas imagens, como a da casa e a do caminho com árvores, houve maior ênfase nas formas e nas texturas.

Na fotografia do caminho, os galhos das árvores receberam atenção especial, por se apresentarem como elementos de forte evidência visual, assim como a textura do asfalto, representada por materiais que remetem às suas características táteis., conforme a Figura 5:

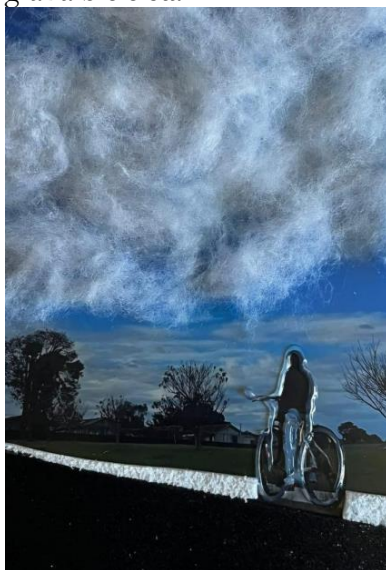
Figura 5 – Modificação tátil da fotografia caminho



Fonte: Acervo das artistas (2025)

Na imagem em que há uma pessoa com uma bicicleta e um céu com nuvens, priorizou-se a tradução das sensações evocadas pelas imagens. A nuvem, robusta e visualmente expressiva, sugeria uma sensação de maciez, a qual foi representada por meio do uso de fibras. Em contraposição, a aspereza do asfalto foi trabalhada com EVA, enquanto a forma da bicicleta foi construída com cola quente. A Figura 6 apresenta a modificação tátil realizada na fotografia:

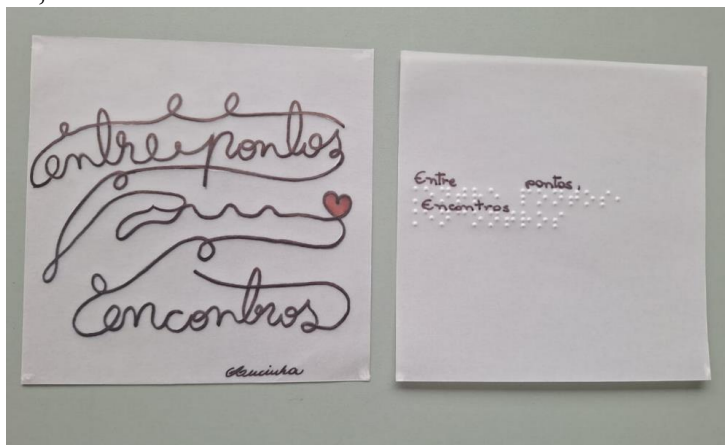
Figura 6 – Modificação tátil da fotografia bicicleta



Fonte: Acervo das artistas (2025)

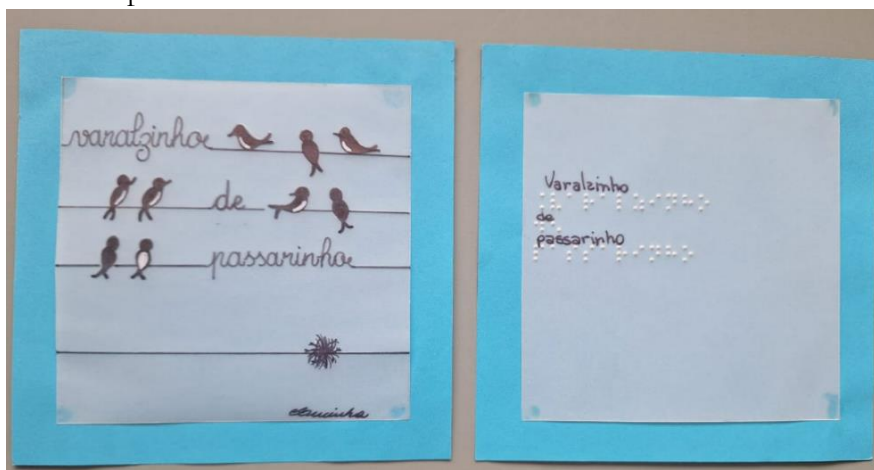
Finalizamos apresentando obras da artista Lucia Virginia Mamcasz-Viginheski. Ela participou da Exposição Arte² (2023), promovida pela Universidade Estadual do Centro Oeste (Unicentro) e propôs uma obra fazendo uso do papel vegetal. Para isso, ela imprimiu relevo nos desenhos, além de apresentar o texto, em braile, no mesmo tipo de papel. As Figuras 7 e 8 apresentam as suas obras:

Figura 7 – Entre pontos, encontros



Fonte: Acervo da artista (2023)

Figura 8 – Varalzinho de passarinho



Fonte: Acervo da artista (2023)

No cenário desta investigação, a transposição da mediação para espaços de exposições, como museus, tem mostrado avanços significativos na inclusão estética. Citamos o Museu Histórico de Entre Rios, localizado em Guarapuava-PR, município no qual esta pesquisa foi realizada, que preserva a memória da imigração dos Suábios do Danúbio. A recente reorganização do acervo incorporou recursos que exemplificam a intermodalidade discutida neste estudo. Na entrada do museu, há uma representação tátil da barca utilizada pelos imigrantes, adaptação tátil da foto de um navio que trouxe os imigrantes para a região e miniaturas impressas em 3D de edificações históricas, que permitem às pessoas cegas compreenderem dimensões e volumes que, de outra forma, seriam abstratos. A Figura 9 ilustra uma dessas modificações:

Figura 8 – Adaptação tátil de fotografia de navio de imigrantes



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Entre Rios (2026)

Ao considerarmos a cultura visual, essa iniciativa rompe com a exclusividade do olhar ao converter um documento bidimensional em um elemento manipulável. Essa mediação sensorial permite à pessoa cega o acesso ao contexto histórico e cultural da imigração, como protagonista na interpretação da memória local (Vygotsky, 1997). Tais ações em museus reforçam que a inclusão estética é indissociável da preservação do patrimônio e o espaço expositivo se transforma num ambiente de aprendizado democrático.

Em síntese, a análise das obras de Zinsly, Sopelsa, Mamcasz-Viginheski e do Museu Histórico de Entre Rios revela que a inclusão estética em Artes Visuais se configura como uma reorganização da experiência estética. As intervenções examinadas, desde a transposição de fotografias em elementos da natureza (galhos e pedrarias até o uso do papel vegetal com relevo e braile, atuam como instrumentos mediadores que convertem o estímulo sensorial em signo cultural. Além de contornar a questão da privação sensorial, essas modificações oferecem, também, à pessoa cega, as ferramentas necessárias para a construção de sentidos próprios e para a apropriação do patrimônio cultural, garantindo que o conhecimento artístico seja inclusivo e emancipador, conforme previsto na legislação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou investigar o papel dos recursos multissensoriais como instrumentos de mediação cultural, sob a premissa de que a inclusão estética de pessoas cegas transcende a mera adaptação técnica. Ao retomarmos o objetivo do estudo, concluímos que o uso articulado do código braile, da audiodescrição e de materiais manipuláveis não atua apenas como um suporte de tradução, mas como uma ferramenta para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores das pessoas cegas. A mediação, portanto, é um elemento que converte o objeto artístico em um signo acessível e permite à pessoa cega a transição da posição passiva para a de protagonista e produtora de sentidos.

A análise das práticas artísticas das pessoas cegas e das modificações em obras nos mostrou que a eficácia da acessibilidade está diretamente ligada à preservação da qualidade poética e técnica da obra original. Observamos que a transposição de elementos como luz, cor e perspectiva para a linguagem tátil-auditiva não deve ser vista apenas como uma simplificação, mas como uma ressignificação estética que respeita a autonomia criativa do sujeito. Assim, o protagonismo e as propostas analisadas rompem com a característica essencialmente visual dos espaços expositivos, e consideram que a cegueira, enquanto configuração social e singular, oferece maneiras distintas de interpretar e produzir arte.

Entre as limitações do estudo, reconhecemos o caráter teórico-documental da pesquisa, que não permitiu que investigássemos a subjetividade e a percepção sensorial do público alvo. Embora a análise das obras dos artistas locais tenha oferecido um corpus empírico importante, não foi possível mensurarmos, na percepção das pessoas cegas, os impactos práticos e emocionais de sua atuação como espectadores e protagonistas nas exposições mencionadas anteriormente.

Contudo, essa lacuna metodológica não invalida os achados, mas projeta o campo para investigações futuras natureza aplicada e fenomenológica, que busquem aprofundar a compreensão sobre a experiência sentida e a validação social dos instrumentos de mediação discutidos neste estudo.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, M. L. T. *Psicologia da cegueira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

ARAÚJO, S. S. M. O visível e o invisível: a relação de pessoas cegas com expressão da arte. *Iluminuras*, v. 24, n. 66, p. 40-59, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.134905>.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm Acesso em 10 jan. 2026.

CASADO, A. B. La audiodescrición: apuntes sobre el estado de la cuestión y las perspectivas de investigación. *TradTerm*, n. 13, p. 151-169, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2007.47471>.

COELHO, F. *Audiodescricção e o universo visual*. 1. ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill, 2018. (Série Dorina Nowill).

ERICKSON, F. *Métodos cualitativos de investigación sobre la enseñanza: la investigación de la enseñanza*. Barcelona: Paidós, p. 195-301, 1997.

FERRERIA, J. E. V, et. al. *Manual de imagens para deficientes visuais*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

FRANCO, E. P. C.; ARAÚJO, V. L. S. *Audiodescricção: teoria e prática*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2018.

FREIRE, P. *A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam*. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GROSS, L; NOGUEIRA, M. A. Como pessoas cegas se relacionam com as artes visuais?: um estudo de caso sobre referenciais artísticos, acessibilidade e fruição estética. *Revista Artes, Moda, Design*, v. 7, n. 3, e3896, p. 01-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5965/25944630732023e3896>.

HELLER, M.A. *Touch, representation and blindness*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. *Álvares de Azevedo, o disseminador do braile no Brasil*. Rio de Janeiro: IBC, 2018.

LEDERMAN, S. J.; KLATZKY, R. L. Haptic perception: a tutorial. *Attention, Perception & Psychophysics*, v. 71, n. 7, p. 143–154, 2009.

LIU, Y.; RAPP, B.; BEDNY, M. Reading Braille by touch recruits posterior parietal cortex. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, Washington, v. 120, n. 35, e2302283120, p.1-39, 2023. DOI: [10.1073/pnas.2302283120](https://doi.org/10.1073/pnas.2302283120).

MAGRO, A. R. (2007). Arte educação: necessidade ou superfluidade? *Colloquium Humanarum*, v. 3, n. 2, p. 23-26. DOI: [10.5747/ch.2005.v03.n2/h025](https://doi.org/10.5747/ch.2005.v03.n2/h025).

MANZINI, E. J.; SANTOS, M. C. F. *Portal de ajudas técnicas para educação: equipamento e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física: recursos pedagógicos adaptados*. Brasília: MEC: SEESP, 2002.

MOTTA, L. M. V. de M. *Audiodescricção na arte e na cultura: princípios e práticas contemporâneas*. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 2020.

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos> Acesso em 15 jan. 2026.

REGO, I. D.; SILVA JUNIOR, N. Ver para crer, tocar para ver: 1ª exposição de artes visuais para cegos nos Campos Gerais. *Revista Conexão*, p. 194- 201, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3717/2606> Acesso em 12 jan. 2026.

RITTER, J. R.; SCHEMES, C.; NORONHA, R. F. Deficiência visual e a percepção da arte: coleção de moda inspirada em Vicent Van Gogh. *Revista Artes, Moda, Design*, v. 7, n. 3, e3636, p. 01-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5965/25944630732023e3636>.

SARRAF, V. P. *Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual em museus*. São Paulo: EDUC, 2013.

TOMAZ, M. V. Além da visão: mediações na experiência estética. In: V Congresso Nacional de Educação – V CONAED. 2021. Catalão. *Anais [...]*. Catalão, 2021, p. 1-7. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/vconaed/> Acesso em 13 jan. 2026.

UMBELINO, C. C.; ÁVILA, M. P. (2023). *As condições de saúde ocular no Brasil*. São Paulo, SP: CBO.

VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VYOGTSKY, L. S. *A formação social da mente*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VYGOTSKY, L. S. *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Obras Escogidas 3. Madrid: Visor, 2000.

VYGOTSKY, L. S. *Fundamentos de defectología*. Obras Escogidas 5. Madri: Visor, 1997.